



**Processo Geral nº 006/2024**

---

## **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2024**

### **OBJETO:**

✓ **Item 1.** Prestação serviços na criação, manutenção e publicação das informações disponibilizadas pelo Legislativo Municipal no Portal da Transparência e SIC – Serviço de Informação ao Cidadão, nos termos da legislação em vigor.

✓ **Item 2.** Instalação do sistema necessário para a geração de todas as informações necessárias a serem enviadas para atendimento do e-Social. O sistema vai gerar as informações do Legislativo Municipal, de acordo com a cronologia estabelecido pelo Ministério e após a procuração eletrônica, fará a remessa mensal das informações e o seu gerenciamento mensal.

### **EMPRESA CONTRATADA/VALORES/PRAZO:**

**SINSOFT INFORMATICA**

**CNPJ nº.:** 04.215.111/0001-76

**VALOR TOTAL/ANO:** R\$ 8.640,00

**VALOR MENSAL INICIAL:** R\$ 720,00

**PRAZO:** 12 meses (Prorrogáveis)



**TERMO DE SOLICITAÇÃO PARA ABERTURA  
DE PROCESSO DE CONTRATAÇÃO MEDIANTE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A Secretaria da Câmara Municipal de Cacique Doble – RS vem, por meio deste, solicitar a abertura de processo administrativo visando à Contratação de empresa especializada em fornecer serviços de tecnologia da informação de sistema de Portal da Transparência com todos os quesitos exigidos pelas normas correlatas, bem como sistema de geração do e-social dos integrantes do Legislativo Municipal, em consonância com os princípios da publicidade e da transparência dos atos públicos.

Considerando as particularidades dos serviços, foi solicitado ao prestador orçamento que será comparado a outros contratos existentes com a administração pública.

Dessa forma, aguarda-se a autorização para a abertura do processo administrativo em questão.

Cacique Doble - RS, 22 de fevereiro de 2024.

**JULIANO DE MATTOS SALLES**  
**Oficial Legislativo**  
*Agente de Contratação Designado*  
*Portaria nº 012/2023*



## **JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

Estudo Técnico Preliminar, de sigla ETP, de acordo com o inciso XX do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, é definido como o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Não desconsiderando a importância do ETP, em alguns casos é possível com o Termo de Referência esmiuçar os motivos da contratação, bem como justificar as motivações da pretensão de contratar determinados serviços.

Nesse sentido, vale destacar que na hipótese do art. 72, inciso I, traz a possibilidade de dispensa deste documento:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda **e, se for o caso, estudo técnico preliminar**, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; (**GRIFO NOSSO**).

A Lei 14.133/2021 não elencou diretamente as hipóteses que se encaixariam nos casos mencionados no inciso primeiro, no entanto, com base no art. 187 c/c com art. 189 da mesma Lei, encontra-se a possibilidade que poderá ser utilizada por estados e municípios:

Art. 187. Os Estados, o Distrito Federal e **os Municípios** poderão aplicar os regulamentos editados pela União para execução desta Lei. (**GRIFO NOSSO**).

...

Art. 189. Aplica-se esta Lei às hipóteses previstas na legislação que façam referência expressa à **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e aos arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. (**GRIFO NOSSO**).

Tendo essa fundamentação como norte, poderá o município fazer uso da Instrução Normativa (IN) 40 de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a elaboração do ETP.

Essa instrução recepcionada pela nova lei de licitações, normatiza a possibilidade de dispensa do ETP em razão do valor (Processo de Dispensa) conforme segue:

Art. 8º A elaboração dos ETP:



I - é facultada nas hipóteses dos incisos I, II, III, IV e XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e

II - é dispensada nos casos de prorrogações contratuais relativas a objetos de prestação de natureza continuada.

Portanto, com a base legal ora trazida, torna possível a dispensa do respectivo documento, ou seja, do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

Outra possibilidade, seria a elaboração de norma no respectivo âmbito administrativo que trate do objeto em questão, é claro, seguindo preceitos constitucionais no que diz respeito a competência para legislar.

Ademais, não havendo ainda tal regulamento na esfera legislativa municipal de Cacique Doble, opta-se pela adoção da fundamentação supracitada, que embasa a dispensa do ETP para o presente processo.

Cacique Doble, 22 de fevereiro de 2024.

**JULIANO DE MATTOS SALLES**  
**Oficial Legislativo**  
*Agente de Contratação Designado*  
*Portaria nº 012/2023*

**LUIZ EDUARDO SOUZA PASINATO**  
**OAB/RS nº. 123.584**



## TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVIÇOS DE:

✓ **Item 1.** Prestação serviços na criação, manutenção e publicação das informações disponibilizadas pelo Legislativo Municipal no Portal da Transparência e SIC – Serviço de Informação ao Cidadão, nos termos da legislação em vigor.

✓ **Item 2.** Instalação do sistema necessário para a geração de todas as informações necessárias a serem enviadas para atendimento do e-Social. O sistema vai gerar as informações do Legislativo Municipal, de acordo com a cronologia estabelecido pelo Ministério e após a procuração eletrônica, fará a remessa mensal das informações e o seu gerenciamento mensal.



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CACIQUE DOBLE  
FEVEREIRO/2024**

**1. OBJETO**

O OBJETO do presente contrato consiste em dois itens sendo:

✓ **Item 1.** Prestação serviços na criação, manutenção e publicação das informações disponibilizadas pelo Legislativo Municipal no Portal da Transparência e SIC – Serviço de Informação ao Cidadão, nos termos da legislação em vigor.

✓ **Item 2.** Instalação do sistema necessário para a geração de todas as informações necessárias a serem enviadas para atendimento do e-Social. O sistema vai gerar as informações do Legislativo Municipal, de acordo com a cronologia estabelecido pelo Ministério e após a procuração eletrônica, fará a remessa mensal das informações e o seu gerenciamento mensal.

**2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

Considerando o princípio da publicidade, o princípio da transparência dos atos públicos e o da legalidade, o presente processo tem por objetivo contratar serviços de empresa especializada em fornecer os itens descritos no objeto deste termo, com o intuito de manter e aprimorar nos termos legais, as prestação de informações obrigatórias por regulação própria tanto no que diz respeito ao Portal de Transparência e toda sua composição como também do e-Social.

**3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A contratação ora pretendida, deverá atender as necessidades do Poder Legislativo, no que diz respeito aos serviços mencionados anteriormente, deve cumprir com as obrigações contidas neste documento referencial, no termo contratual e na legislação em vigência.

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

A empresa, disponibilizara profissional(ais) qualificado(os) que desempenhará(rão) as funções e deverá atender sempre que necessário demandas de serviços inerentes ao objeto do respectivo processo e ainda deste termo de referência, do termo contratual e da legislação em vigor da esfera administrativa pública.

**4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

Os serviços nessas condições passarão a vigorar a partir do dia 1º de março de 2024 e será realizado conforme supracitado.

Não havendo acordo, será realizado novo processo de contratação.



## **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução, se houver, será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, obedecendo todas as ordens descritas no art. 117, da Lei nº. 14.133/2021.

O contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da relação laboral dos seus empregados e da execução do contrato, conforme art. 121, *caput*, da Lei nº. 14.133/2021, não tendo qualquer responsabilidade recaída sobre os agentes públicos do legislativo municipal.

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

Para a efetivação do contrato, serão exigidos a qualificação do responsável com documento de identificação (com foto) do responsável (sócio ou outorgado) que assinará o contrato; Procuração (ser for o caso); Cópia do Estatuto Social ou contrato social e alterações contratuais desde a última consolidação ou declaração de firma individual; Cópia do CNPJ, emitido pelo site da Receita Federal do Brasil; Prova de regularidade com a Fazenda Municipal na sede da empresa – Certidão Negativa Municipal; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual – Certidão de Situação Fiscal; Prova de regularidade com a Fazenda Nacional – Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União que contemple também a Prova de regularidade relativa à seguridade social; Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – Certificado de Regularidade do FGTS - CRF; Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho (CNDT); Certidão Negativa de Falência e Concordata emitida pelo Distribuidor da Comarca da sede da empresa, com emissão inferior a 30 dias; NEGATIVAS: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS e NEGATIVAS: *Cadastro Nacional de Empresas Punidas*

## **6. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE CONTRATUAL**

O pagamento pelos serviços contratados, objeto deste termo, será efetuado mensalmente mediante apresentação da respectiva nota fiscal e negativa, conforme termo contratual.

Os valores estabelecidos em contrato serão reajustados anualmente pelo índice acumulado da variação do **IPCA** ou outro índice oficial, conforme termo contratual. Na hipótese de alteração



de norma legal vigente, permitindo o reajuste dos contratos em períodos inferiores a um ano, o reajuste incidirá com a periodicidade admitida.

O valor mensal será pago no mês posterior à prestação dos serviços, podendo excetar-se no mês de dezembro, para fechamento de contas, quando o pagamento poderá se dar dentro na mesma competência. Observar-se-á também as condições contratuais.

## **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

## **8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados (...).

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

*0101 – Poder Legislativo Municipal*

*2001 – Manutenção dos Serviços do Poder Legislativo*

*339040 – Serviço de Tecnologia de Informação Pessoa Jurídica*

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

Cacique Doble, 23 de fevereiro de 2024.

\_\_\_\_\_  
Juliano de Mattos Salles  
Oficial Legislativo - Agente de Contratação

\_\_\_\_\_  
João Paulo Pereira  
Presidente



**TERMO DE ABERTURA  
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**JOÃO PAULO PEREIRA**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cacique Doble - RS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas atualizações,

**RESOLVE:**

**01 - AUTORIZAR A ABERTURA DE PROCESSO CONFORME SEGUE:**

**a) MODALIDADE: Dispensa de Licitação**

**b) NÚMERO: 006/2024**

**c) OBJETO:**

✓ **Item 1.** Prestação serviços na criação, manutenção e publicação das informações disponibilizadas pelo Legislativo Municipal no Portal da Transparência e SIC – Serviço de Informação ao Cidadão, nos termos da legislação em vigor.

✓ **Item 2.** Instalação do sistema necessário para a geração de todas as informações necessárias a serem enviadas para atendimento do e-Social. O sistema vai gerar as informações do Legislativo Municipal, de acordo com a cronologia estabelecido pelo Ministério e após a procuração eletrônica, fará a remessa mensal das informações e o seu gerenciamento mensal.

O processo será instruído de acordo com o artigo 72 da Lei Federal 14.133/21.

Cacique Doble – RS, 23 de fevereiro de 2024.

**JOÃO PAULO PEREIRA**  
Presidente do Poder Legislativo.



### ESTIMATIVA DE DESPESA

Considerando o artigo 23 da **Lei Federal nº. 14.133/2021**, que trata da estimativa de valores para contratação/aquisições, a Secretaria do Poder Legislativo, solicitou orçamento a empresa prestadora dos serviços, também foi pesquisados contratos no LICITACON, com características semelhantes ao presente objeto.

Para comparativo, acima mencionado, serão juntados ao processo os contratos relacionados a seguir:

CONTRATO	ENTE/ÓRGÃO	VALOR/MÊS
002/2023	Câmara de Barracão	R\$ 742,00
001/2023	São Paulo das Missões	R\$ 1.474,69
	<i>Valor a ser contratado pelo Legislativo de Cacique Doble</i>	<i>R\$ 720,00</i>

\*Fonte: LICITACON

Leva-se em conta as peculiaridades dos serviços, onde cada órgão tem suas necessidades e especificações expressas nos contratos, sendo assim, não fizemos média de valores e sim um comparativo, considerando essas necessidades específicas. Contudo, num contexto mais abrangente, verificamos que, com objetos não idênticos, mas similares, o valor ora contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Cacique Doble - RS, 23 de fevereiro de 2024.

**JOÃO PAULO PEREIRA**  
Presidente do Poder Legislativo.



## PARECER JURÍDICO

**MODALIDADE: Dispensa de Licitação**

**NÚMERO: 006/2024**

**OBJETO:** Em resumo trata-se de contratação de empresa que disponibilize Software de gestão do Portal da Transparência com todos os quesitos legais, e também Software de controle e envio do e-Social.

**CONSIDERANDO** que a contratação tem como objetivo manter os informativos do Poder Legislativo à população caciqueense.

**CONSIDERANDO** os princípios da legalidade, da publicidade e da transparência dos atos públicos;

**CONSIDERANDO** que a contratação atende aos interesses do Poder Legislativo.

De antemão, **emito parecer favorável** ao prosseguimento do presente Processo de Dispensa, o qual é feito com embasamento no art. 72, inciso III, da Lei Federal nº. 14.133/2021, bem como, nos fundamentos e argumentos legais que seguem:

A abertura do Processo de Dispensa e a juntada dos documentos que o acompanham, até então, obedeceu e observou o trâmite previsto no art. 72 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Destaca-se que o processo em questão visa à contratação de serviços de radiodifusão com periodicidade quinzenal, nas quintas-feiras, após as Sessões Ordinárias do Poder Legislativo Municipal, desse modo que deve ser observado o que preceitua o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº. 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 75. É dispensável a licitação: (...) II - para contratação que envolva valores inferiores a **R\$ 50.000,00** (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Imperioso destacar que o art. 75, inciso II, da referida Lei, foi alterado pelo **Decreto nº. 11.871, de 29 de dezembro de 2023**, alterando os valores de dispensa de licitação para **R\$ 59.906,02**.



Elencamos ainda as regulamentações da **Lei 13.133/2021**, em nível do Legislativo Municipal, que trata de valores e formas de contratações diretas, dispostas no **Decreto Legislativo nº 015/2023**, que estabelece procedimentos para formalização de compras e contratação de serviços através do processo de Dispensa de Licitação.

Logo, o orçamento apresentado está dentro dos parâmetros legais.

Ademais, analisando o valor orçado, o qual foi obtido por meio de solicitação à empresa prestadora e comparado com o praticado em outros Poderes Legislativos do estado, é possível constatar que o preço é compatível com outras contratações do setor público, por meio dos contratos juntados neste processo e citados no item **ESTIMATIVA DE DESPESA**.

**DESTA FORMA**, inexistente óbice que impeça o prosseguimento deste Processo de Dispensa, estando dentro dos parâmetros exigidos pelo art. 72 e 75, inciso II, ambos da Lei Federal nº. 14.133/2021, bem como nas regulamentações do Poder Legislativo Municipal.

Necessário sinalar que este parecer jurídico é meramente opinativo, não vinculando o Poder Legislativo Municipal.

É o parecer.

Cacique Doble – RS, 23 de fevereiro de 2024.

**LUIZ EDUARDO SOUZA PASINATO**  
**OAB/RS nº. 123.584**



## **DEMONSTRAÇÃO DA COMPATIBILIDADE DA PREVISÃO DE RECURSOS**

Em atenção à solicitação do Poder Legislativo, para verificar a existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do objeto especificado acima, certifico que:

### **HÁ RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES.**

As despesas decorrentes com a execução das obrigações derivadas do Processo de Dispensa onerarão os recursos de dotação orçamentária própria e específica no orçamento para o corrente exercício financeiro, assim discriminada:

#### **Dotação Orçamentária:**

*0101 – Poder Legislativo Municipal*

*2001 – Manutenção dos Serviços do Poder Legislativo*

*339040 – Serviço de Tecnologia de Informação Pessoa Jurídica*

Era o que tínhamos para certificar.

Cacique Doble - RS, 23 de fevereiro de 2024.

**JANAÍNA REGINATO**

Setor Contábil



## PUBLICAÇÕES

O cumprimento do princípio da publicidade e das normas que regem os procedimentos de contratações pela administração pública foram preenchidos através das publicações em:

➤ **Extrato de Publicação do átrio e site municipal no link abaixo:**

<https://www.camaracaciquedoble.rs.gov.br/pg.php?area=PUBLICACOESVER&id=20&ano=2024>

***OBS1:** Publicado no Site institucional do Poder Legislativo Municipal em 26 de fevereiro de 2024.*

***OBS2:** Prazo para recebimento de novas propostas 29 de fevereiro de 2024.*



**COMPROVAÇÃO DE QUE O CONTRATADO PREENCHE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA**

Considerando que realizamos os procedimentos anteriores elencados no art. 72 da Lei 14.133/2021, e, ainda, realizamos a publicação no átrio e no site do legislativo municipal, em atendimento ao princípio da publicidade, onde divulgamos o presente processo de dispensa elencando a empresa, termo de referência, minuta contratual e o respectivo valor;

Considerando que não houve manifestação quanto a outras ofertas e nem pedidos de esclarecimentos;

Considerando a análise da documentação da empresa;

Considerando a necessidade dos serviços e o interesse público;

Sendo assim, prosseguimos com o presente procedimento de contratação da empresa:

**EMPRESA: SINSOFT INFORMATICA**

**CNPJ nº.: 04.215.111/0001-76**

Conforme segue a análise dos documentos a mesma cumpre com os requisitos exigidos.

Cacique Doble - RS, 29 de fevereiro de 2024.

**JOÃO PAULO PEREIRA**  
Presidente do Poder Legislativo.



### **RAZÕES DA ESCOLHA DO CONTRATADO**

O Poder Legislativo consultou a empresa e solicitou que apresentasse orçamento, tendo enviado também o respectivo termo de referência para conhecimento dos serviços a serem contratados.

Verificou-se também que não há nenhum fato, até a presente data, que desabone a empresa que será contratada, além da mesma ter a expertise técnica comprovada, já que prestou e presta serviços a esse Poder Legislativo a vários anos.

Tendo isso como norte, e comprovando-se que a empresa preenche os requisitos supracitados, decidiu-se pela escolha da mesma, sendo:

**EMPRESA: SINSOFT INFORMATICA**

**CNPJ nº.: 04.215.111/0001-76**

### **JUSTIFICATIVA DE PREÇO**

O preço ora contratado é plenamente justificável, pois, conforme demonstrado no item ESTIMATIVA DE DESPESA, foram juntados outros contratos, de serviços similares, e feito no mesmo item uma comparação de valores, comprovando-se que o valor ofertado está dentro do aceitável.

Dessa forma, havendo o cumprimento dos requisitos de habilitação e de preços, a presente pretensão de contrato de serviços está amparada pelas normas legais vigentes e pelos princípios da administração pública.

Cacique Doble, 29 de fevereiro de 2024.

**JOÃO PAULO PEREIRA.**  
Presidente do Poder Legislativo.



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
**PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 006/2024**

**JOÃO PAULO PEREIRA**, Presidente da Câmara de Vereadores de Cacique Doble - RS, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, resolve:

**01 - HOMOLOGAR A DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO.**

**a) MODALIDADE:** Dispensa de Licitação

**b) NÚMERO:** 006/2024

**c) OBJETO:**

✓ **Item 1.** Prestação serviços na criação, manutenção e publicação das informações disponibilizadas pelo Legislativo Municipal no Portal da Transparência e SIC – Serviço de Informação ao Cidadão, nos termos da legislação em vigor.

✓ **Item 2.** Instalação do sistema necessário para a geração de todas as informações necessárias a serem enviadas para atendimento do e-Social. O sistema vai gerar as informações do Legislativo Municipal, de acordo com a cronologia estabelecido pelo Ministério e após a procuração eletrônica, fará a remessa mensal das informações e o seu gerenciamento mensal.

**d) EMBASAMENTO:** Lei 14.133/2021 – art. 75, inciso II.

**e) EMPRESA:** SINSOFT INFORMATICA

**f) CNPJ nº.:** 04.215.111/0001-76

**g) VALOR TOTAL/ANO:** R\$ 8.640,00

**h) VALOR MENSAL INICIAL:** R\$ 720,00

**i) PRAZO:** 12 meses (Prorrogáveis)

**h) AUTORIZAÇÃO:** O presente Termo de Homologação, autoriza a contratação da empresa supracitada nos moldes deste processo e poderá ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/21, além de outras alterações previstas na mencionada Lei e termo contratual.

Cacique Doble, RS, 01 de março de 2024.

**JOÃO PAULO PEREIRA**  
Presidente Do Poder Legislativo.